

## **ATA DAS REUNIÕES**

### **Cidade da Praia, 1996**

Estiveram reunidos na Cidade da Praia, República de Cabo Verde, nos dias 28 e 29 de outubro de 1996, os membros da Comissão Mista de Cooperação Técnica, Científica e Cultural dos Tribunais de Contas dos Países de Língua Portuguesa., com o objetivo de deliberar a respeito do Programa de Cooperação para o triênio 1996/1998, bem como sobre as atividades da Secretaria-Geral da Comissão Mista.

O Sr. Secretário-Geral iniciou a reunião solicitando aos presentes sugestões acerca do Projeto de Programa de Cooperação para 96/98 que fora previamente distribuído a todos os integrantes da Comissão. Esclareceu que o Quadro-resumo do Programa foi elaborado com base nas proposições enviadas pelos Tribunais em resposta à solicitação da Secretaria-Geral.

Vários participantes se manifestaram, oferecendo sugestões, havendo sido aprovadas as seguintes:

1 - a realização de cursos e seminários a serem ministrados por técnicos dos diferentes Tribunais nas sedes das Instituições interessadas, conforme solicitação do Presidente do Tribunal Administrativo de Moçambique, Conselheiro Dr. António Luís Pale, e do Tribunal de Contas da Guiné-Bissau, Conselheiro Dr. Nicandro Barreto;

2 - a realização de cursos especialmente dirigidos aos servidores dos Tribunais integrantes da Comunidade, conforme proposta do Senhor Ministro Fernando Gonçalves, do Tribunal de Contas da União;

3 - a realização de auditorias conjuntas, experiência já realizada por técnicos dos Tribunais de Contas do Brasil e de Portugal, conforme lembrou o Conselheiro Dr. José Tavares, do Tribunal de Contas de Portugal;

4 - a necessidade de serem buscadas fontes de financiamento para fazer face às despesas com deslocamento de juízes e técnicos dos Tribunais, em viagens relacionadas com as atividades de cooperação. Sugestão do Presidente do Tribunal de Contas da Guiné-Bissau, Conselheiro Dr. Nicandro Pereira Barreto.

No curso dos debates, o Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Marcos Vilaça, formulou convite aos Presidentes das Instituições-irmãs (Cabo Verde, Guiné-Bissau, Angola e São Tomé e Príncipe) no sentido de conhecerem o TCU, em Brasília, no próximo ano, em datas a serem acertadas. O convite, por todos aceito, motivou manifestações de agradecimento de todos os Presidentes daqueles Tribunais.

A seguir, Conselheiro Dr. José Tavares, do Tribunal de Contas de Portugal, comunicou aos presentes que o Presidente do seu Tribunal, Conselheiro Dr. Alfredo José de Sousa convidaria os Tribunais de Contas da CPLP a participarem, como observadores, do seminário da EUROSAI em Lisboa em 1998.

Ouidas e discutidas as contribuições apresentadas, o Sr. Secretário-Geral passou a tratar da periodicidade dos Encontros dos Tribunais de Contas bem como das reuniões da Comissão Mista e do local onde se realizariam os próximos Encontros. Ambas as questões, aliás, esclareceu o Senhor Secretário-Geral, já constam do Quadro-resumo das atividades do triênio em referência.

Após terem sido exaustivamente discutidas as várias sugestões relativas ao assunto em pauta, ficou assente o seguinte:

- a) as reuniões da Comissão Mista serão concomitantes com os Encontros dos Tribunais de Contas dos Países de Língua Portuguesa;
- b) os referidos Encontros serão anuais até o ano 2.000 e, a partir daí, bianuais;
- c) a escolha dos países que sediarão os Encontros será feita com base no critério de alternância: dois Encontros sucessivos em países africanos, seguindo-se um no Brasil ou em Portugal. Dessa maneira, depois deste Encontro em Cabo Verde, haverá mais um em país africano, sucedido de outro no Brasil, e assim por diante.
- d) o País sede do III Encontro, em 1997, será Moçambique.

Nesse ponto, interveio o Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Marcos Vilaça, solicitando que o Encontro do ano 2.000 ocorra no Brasil, tendo em vista as comemorações do quinto centenário do descobrimento do país, no que teve o acatamento de todos.

Dando por encerrado esse item da pauta, o Sr. Secretário-Geral lembrou a necessidade de todos os Tribunais enviarem os nomes de seus representantes na Comissão Mista. E aqueles que já o fizeram, que na oportunidade deste Encontro de Cabo Verde, procedam à ratificação dos mesmos.

Ao término da reunião, o Senhor Secretário-Geral agradeceu a colaboração recebida dos integrantes dos Tribunais de Contas. Fez um apelo renovado no sentido de que continuem a enviar sugestões para que assim possa desincumbir-se das honrosas funções que lhe foram cometidas pelo Presidente Marcos Vilaça. Enfatizou que continua à disposição dos companheiros para quaisquer solicitações.

No mesmo ensejo o Secretário-Geral comunicou que o Presidente do TCU colocou à disposição da Secretaria-Geral dependências do edifício sede do Tribunal de Contas e determinou o apoio administrativo necessário ao desenvolvimento das ações da SG.

Dessa forma foi dada por encerrada a reunião com agradecimentos do Ministro Luciano Brandão aos membros brasileiros da Comissão Mista, Presidente Marcos Vilaça e Ministro Adhemar Ghisi e especialmente à generosa compreensão de todos os colegas dos Tribunais de Contas dos Países

de Língua Portuguesa e, em particular, ao Sr. Presidente do Tribunal anfitrião, digno Conselheiro Anildo Martins.

Cidade da Praia, 29 de Outubro de 1996.

**LUCIANO BRANDÃO ALVES DE SOUSA**  
Secretário-Geral

**CARLOS MENEZES PATAÇA**  
Comissão Instaladora do Tribunal de Contas de Angola

**MARCOS VINÍCIOS RODRIGUES VILAÇA**  
Tribunal de Contas da União (Brasil)

**ADHEMAR PALADINI GHISI**  
Tribunal de Contas da União (Brasil)

**ANILDO MARTINS**  
Tribunal de Contas de Cabo Verde

**MANOEL DELGADO**

Tribunal de Contas de Cabo Verde

**NICANDRO PEREIRA BARRETO**

Tribunal de Contas da Guiné-Bissau

**FRANCISCO ROSA CÁ**

Tribunal de Contas da Guiné-Bissau

**ANTÓNIO LUÍS PALE**

Tribunal Administrativo de Moçambique

**JANUÁRIO FERNANDO GUIBUNDA**

Tribunal Administrativo de Moçambique

**ALFREDO JOSÉ DE SOUSA**

Tribunal de Contas de Portugal

**JOSÉ TAVARES**

Tribunal de Contas de Portugal

**JOSÉ PAQUETE D'ALVA TEIXEIRA**

Supremo Tribunal de Justiça de São Tomé e Príncipe